

Artigo 63¹

(1) O vendedor poderá conceder prazo suplementar razoável para cumprimento das obrigações que incumbirem ao comprador.

(2) O vendedor não pode, antes de vencido o prazo concedido conforme o parágrafo precedente, recorrer a qualquer ação por descumprimento do contrato, salvo se houver recebido comunicação do comprador de que não cumprirá suas obrigações neste prazo. Todavia, o vendedor não perderá, por isto, qualquer direito que possa ter de exigir perdas e danos pela mora no cumprimento pelo comprador.

Article 63

(1) The seller may fix an additional period of time of reasonable length for performance by the buyer of his obligations.

(2) Unless the seller has received notice from the buyer that he will not perform within the period so fixed, the seller may not, during that period, resort to any remedy for breach of contract. However, the seller is not deprived thereby of any right he may have to claim damages for delay in performance.

Article 63

1) Le vendeur peut impartir à l'acheteur un délai supplémentaire de durée raisonnable pour l'exécution de ses obligations.

2) A moins qu'il n'ait reçu de l'acheteur une notification l'informant que celui-ci n'exécute pas ses obligations dans le délai ainsi imparti, le vendeur ne peut, avant l'expiration de ce délai, se prévaloir d'aucun des moyens dont il dispose en cas de contravention au contrat. Toutefois, le vendeur ne perd pas, de ce fait, le droit de demander des dommages-intérêts pour retard dans l'exécution.

I. INTRODUÇÃO

1. O Art. 63, ao permitir que o vendedor conceda ao comprador um prazo adicional razoável para o cumprimento de suas obrigações, confere àquele um direito equivalente ao direito do comprador previsto no Art. 47. Ambas as disposições apresentam redação semelhante e cuidam da mesma situação, sob diferentes perspectivas: trata-se da possibilidade de concessão de prazo suplementar para o cumprimento das obrigações contratuais.
2. A fixação de um prazo adicional se refere a qualquer obrigação assumida pelo comprador,

¹ Estes Comentários foram escritos em 2013. Para citação: SPITZ, Lidia. “Comentários à Convenção de Viena de 1980 sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias– Artigo 63” <https://www.cisg-brasil.net/cisg-artigo-por-artigo> .

não estando adstrito a qualquer compromisso em particular.² Não obstante, há que se reconhecer que o Art. 63 é especialmente relevante no que concerne às obrigações do comprador de realizar o pagamento do preço e de receber as mercadorias.

3. Explica-se: o Art. 63 está intimamente ligado ao direito do vendedor de declarar o contrato rescindido de acordo com o Art. 64(1)(b). Conforme este dispositivo, se o comprador não cumprir a obrigação de pagar o preço ou de receber as mercadorias no prazo suplementar fixado pelo vendedor (Art. 63(1)), o vendedor poderá declarar rescindido o contrato, ainda que não tenha sido constituída uma violação essencial ao mesmo. Esse mecanismo para rescisão do contrato não abrange as demais obrigações contratuais, exigindo-se com relação a essas últimas a violação essencial do contrato para que possa ser declarada a rescisão.³
4. O Art. 63(2) estabelece que um vendedor que tenha concedido ao comprador um período adicional para o cumprimento de suas obrigações não pode, durante esse período, recorrer a qualquer ação por descumprimento do contrato. Sem embargo, lhe é assegurado o direito de requerer indenização pelo atraso na execução das obrigações contratuais. A notificação que estabelece um prazo adicional tem o escopo de proteger o comprador, o qual por sua vez deve esperar, especialmente quando está se preparando para executar as suas obrigações, que o vendedor irá aceitar o adimplemento das mesmas ainda que com atraso.⁴

I. COMENTÁRIOS

1. A FIXAÇÃO DE UM PRAZO SUPLEMENTAR (ART. 63(1))

5. O vendedor está autorizado a conceder um prazo suplementar para que o comprador cumpra com as suas obrigações, mas não está obrigado a agir dessa forma.⁵ É plenamente possível que o vendedor opte pela utilização de outras medidas previstas na Convenção diante do descumprimento contratual por parte do comprador, inclusive a rescisão do contrato.
6. Diversas decisões judiciais já enfatizaram a natureza opcional da concessão de um prazo adicional.⁶ No entanto, a interpretação em sentido contrário também já foi adotada algumas

² Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 63 [1].

³ Kröll/Mistelis/Perales Viscasillas/Bell, Art. 63 [5].

⁴ Uncitral Digest, Art. 63 [2].

⁵ Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 63 [3].

⁶ Oberlandgericht Brandenburg (Alemanha), 18.11.2008, CISG-online 1734, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/081118g1.html>; Tribunale di Padova (Itália), 31.3.2004, CISG-online 823, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040331i3.html>, CLOUT case No. 649; Cour d'Appel Grenoble (França), 4.2.1999, CISG-online 443, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/990204f1.html>, CLOUT case No. 243; Oberlandgericht Koblenz (Alemanha), 17.9.1993, CISG-online 91, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/930917g1.html>, CLOUT case No. 281.

vezes pelas cortes.⁷

7. O vendedor está autorizado a fixar um prazo adicional apenas após o decurso do prazo para execução da obrigação em questão. Isto é, enquanto não for verificado o vencimento da obrigação assumida pelo comprador, eventual prorrogação de prazo não corresponde ao exercício do direito de que trata o Art. 63.⁸ Neste caso, o novo prazo estabelecido de comum acordo enquanto não vencida a obrigação deve ser lido como sendo uma alteração contratual, não podendo o vendedor requerer o cumprimento da obrigação antes do decurso daquela data, sob pena de estar caracterizado *venire contra factum proprium*.⁹
8. A outorga de um prazo adicional para o cumprimento da obrigação não está sujeita a nenhuma exigência específica quanto à forma, de acordo com o princípio de liberdade de forma estabelecido no Art. 11, o que, no entanto, pode ser derogado por vontade das partes.¹⁰ No que se refere ao conteúdo, o prazo adicional deve ser razoável e estabelecido claramente.
9. O comprador deve tomar ciência do prazo adicional através do recebimento de uma notificação,¹¹ em que o vendedor deverá indicar uma data determinada (*e.g.*, 3 de julho) ou período (*e.g.*, dentro de 3 meses a contar de hoje)¹² ou determinável.¹³ Uma solicitação feita em termos gerais para que o comprador cumpra as suas obrigações imediatamente¹⁴ ou

⁷ Landgericht Göttingen (Alemanha), 20.9.2002, CISG-online 655, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/020920g1.html>; Schiedsgericht Hamburger Freundschaftliche Arbitrage (Alemanha), 29.12.1998, CISG-online 638, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/981229g1.html>, CLOUT case No. 293; Oberster Gerichtshof (Áustria), 11.9.1997, CISG-online 340, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970911a3.html>, CLOUT case No. 307.

⁸ Bianca/Bonell/Knapp, Art. 63 [2.4]. Oberlandesgericht Brandenburg (Alemanha), 18.11.2008, CISG-online 1734, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/081118g1.html> (“The determination of an additional period of time even before the respective claim has become mature cannot constitute a relevant period in terms of Art. 63 CISG -- despite the fact that the period (2 March 2005) was to end after the date of maturity. The right to set an additional period of time arises only when the designated time of performance has expired”); Tribunale di Padova (Itália), 31.3.2004, CISG-online 823, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040331i3.html>, CLOUT case No. 649 (“This norm presupposes in fact that the buyer has already been declared in breach, and allows the seller (referring to a power of the seller and not of a duty, it has been asserted also by the Cour d’Appel [Court of Appeals] Grenoble [France], 4 February 1999, published on the Internet at the following site: <<http://witz.jura.uni-sb.de/CISG/decisions/040299v.htm>>), before undertaking the remedies granted by the Convention, to establish another period [of payment], with the aim of being certain of the breach of the opposing party and thus being able to obtain the cancellation of the contract without having to worry about assessing (and subsequently proving) the existence of the conditions indicated by Article 25 of this same Convention (...”).

⁹ Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 63 [5].

¹⁰ CIETAC (China), 28.2.2005, CISG-online 1580, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/050228c1.html> (o tribunal arbitral verificou que o vendedor falhou ao não enviar uma notificação por escrito ao comprador, o que violava o contrato, pois esse exigia que qualquer informação transmitida a outra parte deveria ser por escrito).

¹¹ Foreign Trade Court of Arbitration attached to the Serbian Chamber of Commerce (Sérvia), 15.7.2008, CISG-online 1795, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/080715sb.html>, CLOUT case No. 1021

¹² Uncitral Digest, Art. 63 [5].

¹³ Uncitral Digest, Art. 63 [5].

¹⁴ Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 63 [7].

prontamente não está abrangida no escopo do Art. 63(1).

10. Na referida notificação, não é necessário que conste qualquer ressalva no sentido de que o cumprimento da obrigação, pelo vendedor, deverá ser recusado após o término do período adicional,¹⁵ ou então que alguma outra medida será tomada em caso de não cumprimento.¹⁶
11. O período adicional concedido pelo vendedor deve ser razoável para que possa satisfazer as exigências do Art. 63. Essa razoabilidade deve ser avaliada caso a caso, de acordo com as circunstâncias, e levando em consideração os usos comerciais e práticas estabelecidas entre as partes.¹⁷ Será razoável o termo em que o cumprimento da obrigação possa efetivamente ser realizado.¹⁸ Normalmente, um período razoável com relação ao recebimento da mercadoria é mais longo do que aquele relativo ao pagamento do preço.¹⁹
12. Alguns períodos adicionais que já foram admitidos pelos tribunais incluem: um período de aproximadamente 4 meses para o pagamento do preço;²⁰ um período de 20 dias para o pagamento do preço;²¹ um período de 13 dias para abertura de uma carta de crédito;²² um período de 10 dias para pagamento do preço;²³ um período de 7 dias para o pagamento do

¹⁵ Oberlandgericht München (Alemanha), 19.10.2006, CISG-online 1394, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/061019g1.html>, CLOUT case No. 826 (“[Seller] therefore was entitled to the setting of an additional period of time for performance according to Art. 63 CISG. The declaration under Art. 63 CISG does not have to contain a threat of rejection.”).

¹⁶ Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 63 [7].

¹⁷ Uncitral Digest, Art. 63 [6]. Tribunal de Grande Instance de Strasbourg (França), 22.12.2006, CISG-online 1629, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/061222f1.html> (“It is consistently accepted that, absent a fixed period of time in the contract, regard must be had to the usages or established practices between the parties or to international trade usages relating to the same type of contracts, which were applicable pursuant to Article 9 of the Vienna Convention and, in the present case, regarding sales or the extended time within the meaning of Article 63, these usages retain the notion of a reasonable extended time”).

¹⁸ Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 63 [8].

¹⁹ Uncitral Digest, Art. 63 [6]. Já se entendeu que um período adicional de 2 meses e meio para o recebimento de uma impressora é razoável (Corte di Appello di Milano (Itália), 11.12.1998, CISG-online 430, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/981211i3.html> CLOUT case No. 645, “In particular, it appears that the [seller] granted the [buyer] an additional term to fulfill its obligations, and this term had a reasonable length within the meaning of Article 63 of the Convention. (...) Therefore, the total extension granted after the deadline of the beginning of September, is two and a half months long, a term undoubtedly reasonable under the circumstances”). Por outro lado, já foi decidido que o período adicional de pouco mais de um 7 dias não era suficiente para que o comprador providenciasse o recebimento de 1.600 toneladas de tubos de raio catódicos (cathode ray tube – CRT) - Tribunal de Grande Instance de Strasbourg (França), 22.12.2006, CISG-online 1629, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/061222f1.html>, “The Court notes that, even though the breach of the extension granted to [Buyer] could not support the avoidance of the contract, given that this extension, limited to seven (7) days, is likely to be qualified as utterly unreasonable in view of the circumstances”.

²⁰ Foreign Trade Court of Arbitration attached to the Serbian Chamber of Commerce (Sérvia), 15.7.2008, CISG-online 1795, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/080715sb.html>, CLOUT case No. 1021 (“This additional period of time, of about four months, was reasonable as per the meaning of Article 63 CISG”);

²¹ Oberster Gerichtshof (Áustria), 28.4.2000, CISG-online 581, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/000428a3.html>, CLOUT case No. 427.

²² Bezirksgericht der Saane (Suíça), 20.2.1997, CISG-online 426, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970220s1.html>, CLOUT case No. 261.

²³ Handelsgericht St. Gallen (Suíça), 29.4.2004, CISG-online 962, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040429s1.html>

preço;²⁴ um período de 2 dias para pagamento do preço quando o vendedor já havia concordado com diversas prorrogações da data devida.²⁵ Quanto maior o interesse do vendedor em receber o preço e efetuar a entrega das mercadorias, mais razoável será que ele estabeleça um prazo menor para o cumprimento da respectiva obrigação pelo comprador.²⁶

13. As consequências legais decorrentes da fixação de um prazo adicional que seja muito curto, e portanto que não possa ser considerado razoável, são incertas.²⁷ De acordo com uma visão, essa medida seria desprovida de qualquer consequência. Por outro lado, de acordo com outro entendimento, o período curto deve ser substituído por um período mais longo,²⁸ conforme inclusive já foi expresso em uma decisão judicial.²⁹
14. Segundo o disposto no Art. 27, a notificação conferindo um prazo adicional para cumprimento da obrigação na forma do Art. 63 não precisa efetivamente ter chegado ao comprador para que o vendedor considere que ela chegou a seu destino para todos os efeitos.³⁰

2. EFEITOS DA FIXAÇÃO DE UM PRAZO SUPLEMENTAR (ART. 63(2))

15. Ao conceder um prazo adicional na forma do Art. 63, o vendedor confere ao comprador uma oportunidade final para o cumprimento de suas obrigações. Nesse sentido, o vendedor passa a estar vinculado a esse prazo suplementar, razão pela qual não pode, antes de vencido o prazo concedido, recorrer a qualquer ação por descumprimento do contrato (Art. 63(2), primeira frase). Especialmente, o direito do vendedor de rescindir o contrato e de reclamar indenização pela sua não execução ficam suspensos nesse período.³¹
16. Contudo, conforme estabelecido na segunda frase do mesmo dispositivo, ao conceder um prazo adicional, o vendedor não está desprovido do direito de exigir indenização por perdas e danos pela mora no cumprimento por parte do comprador.³² Essa indenização deve abarcar, por exemplo, quaisquer perdas decorrentes do fechamento de câmbio em data diversa daquela originalmente pactuada, juros, ou despesas incorridas para

²⁴ Tribunal of International Commercial Arbitration at the Ukraine Chamber of Commerce and Trade (Ucrânia), 19.9.2005, CISG-online 1287, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/050919u5.html>

²⁵ Oberlandgericht Graz (Áustria), 24.1.2002, CISG-online 801, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/020124a3.html>

²⁶ Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 63 [8].

²⁷ Uncitral Digest, Art. 63 [7].

²⁸ Kröll/Mistelís/Perales Viscasillas/Bell, Art. 63 [9].

²⁹ Oberlandgericht Karlsruhe (Alemanha), 14.2.2008, CISG-online 1649, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/080214g1.html> (“The additional period of time -- fixed until 20 April 2006 -- has been too short; it, however, initiated the start of a reasonable additional period of time of two weeks.”)

³⁰ Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 63 [10].

³¹ Uncitral Digest, Art. 63 [9].

³² Landgericht Bayreuth (Alemanha), 10.12.2004, CISG-online 1131, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/041210g1.html>

preservação ou armazenamento das mercadorias.³³

17. Uma vez expirado o prazo adicional sem que o comprador tenha cumprido as obrigações que lhe incumbiam, poderá o vendedor recorrer a qualquer ação por descumprimento do contrato, conforme previsão do Art. 61. Da mesma forma, poderá agir se, ainda na vigência do prazo adicional, houver recebido comunicação do comprador de que não cumprirá suas obrigações neste prazo. Nesta hipótese, para que possa surtir efeitos, a notificação enviada pelo comprador deve ter sido efetivamente recebida pelo vendedor, o que é uma exceção à regra geral prevista no Art. 27.³⁴
18. Caso o comprador execute as suas obrigações no prazo adicional fixado, o vendedor não poderá se valer de qualquer medida decorrente do descumprimento contratual, exceto o direito à indenização.

III. NOTAS SOBRE O DIREITO INTERNO

19. O Código Civil não explicita regra reguladora da prorrogação de prazo para o adimplemento da obrigação, cabendo às partes contratantes decidir sobre a matéria.
20. Cumpre mencionar que, como consectário lógico do Art. 939 do Código Civil³⁵, o qual estabelece uma sanção civil ao credor que demanda a dívida antes de seu vencimento, não poderá o credor que concordou com esse período adicional acionar o devedor antes do vencimento para exigir a prestação.

³³ Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 63 [13].

³⁴ Uncitral Digest, Art. 63 [10].

³⁵ Art. 939 – “O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.”